

de 26 de Agosto, a seguinte nomeação interina efectuada ao abrigo do artigo 43.º do mesmo dispositivo legal:

Maria Emília da Silva Ruivo Nobre, Escrivã-Adjunta sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivã de Direito, no 2.º Juízo, 2.ª Secção, do Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa.

5 de Junho de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral da Política de Justiça

Despacho n.º 16430/2008

I — Por aviso n.º 7008/2008 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, parte L, de 7 de Março de 2008, publicitado no jornal “Correio da Manhã”, de 14 de Março de 2008, e divulgado na Bolsa de Emprego Público, em 14 de Março de 2008, foi aberto procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de Subdirector do Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta de nomeação fundamentada do correspondente júri, nos termos do disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de Subdirector do Gabinete de Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, o Licenciado José Alberto Rodrigues da Silva Andrade, com fundamento na aplicação dos métodos de selecção e respectivos critérios, definidos na Acta n.º 1, e nos resultados nestes obtidos pelo referido candidato e demonstrados pelas Actas n.ºs 2, 3, 4 e 5 do presente procedimento.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento de funcionamento da Direcção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça para 2008, produz efeitos a partir do dia 9 de Junho de 2008.

IV — De acordo com o disposto no n.º 10, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, anexa-se a nota relativa ao curriculum académico e profissional do nomeado.

27 de Maio de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Brito*.

Nota curricular

José Alberto Rodrigues da Silva Andrade

Licenciado em Relações Internacionais e técnico superior principal do quadro do Gabinete para as Relações Internacionais da Direcção-Geral da Política de Justiça, iniciou funções na Administração Pública em Fevereiro de 1976, no Ministério do Trabalho.

Na área da Cooperação integrou o Gabinete de Cooperação com África do Ministério do Emprego e Segurança Social, entre Novembro

de 1988 e Dezembro de 1991, tendo, em Janeiro de 1992, após concurso público, iniciado funções na Direcção-Geral de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros. De Março de 1994 a Outubro de 1995, desempenhou funções no Instituto para a Cooperação Portuguesa (actual IPAD).

Entre Novembro de 1995 e Outubro de 1999, exerceu funções como Assessor para a Cooperação, em regime de requisição, no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça e, entre Outubro de 1999 e Março de 2001, no Gabinete do Ministro da Justiça, na área da Cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

De 1 de Abril de 2001 até Junho 2007, desempenhou as funções de Director de Serviços do Núcleo de Cooperação do GRIEC — Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, com a responsabilidade de elaborar, negociar e coordenar as actividades de cooperação bilateral e multilateral no âmbito do Ministério da Justiça, promovendo o desenvolvimento e a execução dos diversos programas, projectos e acções de cooperação com os cinco PALOP e com Timor Leste em articulação com os diversos departamentos e serviços do Ministério da Justiça e a coordenação do desenvolvimento das acções com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento/Ministério dos Negócios Estrangeiros e com os Ministérios da Justiça Lusófonos.

De Junho de 2007 até à presente data, desempenhou funções de Subdirector do Gabinete de Relações Internacionais da DGPI, em regime de substituição.

Exerce, igualmente, as funções de Correspondente do Ministério da Justiça português junto do Secretariado Permanente da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa e, também, de Secretário-Geral Adjunto da mesma Conferência.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Instituto da Conservação da Natureza, I. P.

Despacho (extracto) n.º 16431/2008

Por despacho de 20 de Maio de 2008, do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., mediante a emissão de parecer prévio da Secretária Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, nos termos do Decreto Lei n.º 314/2007, de 17 de Setembro, são reclassificados e integrados em lugares vagos no quadro do ex-Instituto da Conservação da Natureza, na carreira técnica superior, e correspondente categoria, com efeitos a partir da data da publicação do presente despacho, os docentes constantes no mapa anexo:

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

5 de Junho de 2008. — A Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, *Otilia Martins*

Reclassificação profissional Decreto-Lei n.º 314/2007 de 17/09

Integração no quadro do EX-ICN

Nome	Categoria actual	Carreira profissional	categoria
Anabela Cardoso Resende	Professor	Técnica Sup	Ass Princ
Fernando António Nunes Corrêa Bacellar	Professor	Técnica Sup	Assessor
Lia Constante Crespo Firmino Morais Mergulhão	Professor	Técnica Sup	Téc Sup Princ
Maria de Jesus Silva Fernandes	Professor	Técnica Sup	Ass Princ
Paula Cristina Chaves Duarte	Professor	Técnica Sup	Téc Sup Princ

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Despacho n.º 16432/2008

Nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 136/2007 de 27 de Abril, conjugado com os artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e do estabelecido no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências

próprias, delego nas Direcções dos Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas:

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Norte — Prof. Doutor Henrique Miguel Leite de Freitas Pereira

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas das Zonas Húmidas — Mestre Maria João Burnay de Lancastre Lourenço

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Centro e Alto Alentejo — Licenciado Armando Jorge Ferrão de Carvalho

Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Litoral de Lisboa e Oeste — Licenciada Teresa Nunes dos Santos Castel-Branco da Silveira